

AS EXPORTAÇÕES DO SETOR METALMECÂNICO E O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL: Estudo da Região Funcional de Planejamento 7

INTRODUÇÃO

O comércio exterior, especialmente na lógica econômica liberal, é visto como um importante mecanismo de desenvolvimento socioeconômico para as diferentes Nações (MAIA, 2008). Para tanto, as economias internacionais devem se abrir às trocas comerciais. Todavia, na prática, as nações protegem parcialmente suas economias usando os mais diferentes argumentos, em especial o da conservação de empregos locais. Essa contradição está presente no mundo todo e nos remete, na primeira parte deste estudo, a uma breve recuperação histórica visando destacar os diferentes posicionamentos econômicos a respeito e, ao mesmo tempo, como em tal cenário o comércio exterior se situa como elemento gerador de desenvolvimento econômico.

Em épocas pré-históricas as trocas ocorriam entre habitantes da mesma tribo. Com a evolução do ser humano, o campo de ação das trocas ampliou-se sucessivamente para as cidades, nações e, finalmente, para o mundo (MAIA, 2008).

O comércio de mercadorias entre nações é uma das mais antigas atividades da economia internacional. O mesmo acompanha a história da humanidade desde a Rota da Seda nos primeiros séculos da nossa era (CARVALHO; SILVA, 2009). Ainda, segundo o autor, foi somente com as grandes navegações, com a descoberta de terras além-mar e de riquezas no Oriente por mercadores, no século XV, que se abriu a possibilidade de expansão, não só das fronteiras do território, através das colônias descobertas por portugueses e espanhóis, mas também do comércio de novos produtos para lugares que até então não faziam parte das tradicionais rotas terrestres de comércio estabelecidas.

De acordo com Maia (2008), o conjunto de atividades que constituem a Economia Internacional engloba as operações de comércio exterior, como: importação e exportação, serviços, transferência de rendas, transferências unilaterais e movimentos de capitais. Seguindo esta linha de pensamento o autor afirma que, para um país obter vantagem no mercado mundial, é preciso atrair investimentos (nacionais e estrangeiros). A maioria desses capitais traz também tecnologia (know-how), o que permite produzir mercadorias melhores e/ou de custo menor. Ganha o país, porque há geração de empregos e aumento de receita de divisas, mas também

ganha a população local, pois dispõe de produtos importados e a concorrência destes produtos do exterior exerce um efeito de freio sobre os preços e a inflação, causando aumento da produtividade pela especialização, desenvolvimento da região e inovação tecnológica (CARBAUGH, 2004).

Alguns autores consideram positivos os resultados obtidos com as operações de comércio exterior, caso de Carvalho e Silva (2009) que, mesmo entendendo que se possa concluir que haja ganhos em decorrência das operações de comércio exterior, não se pode afirmar ao certo como esses ganhos se distribuem. Ou seja, de acordo com Carvalho e Silva (2009) pode haver benefícios econômicos com o comércio exterior para as nações que o praticam, porém, nem todas conseguem ou trabalham para distribuir adequadamente tais ganhos em busca de um melhor desenvolvimento econômico do conjunto dos cidadãos nacionais. Ao mesmo tempo, em relação ao uso dos fatores de produção, o comércio exterior beneficia o fator que é específico na produção do bem exportável e prejudica aquele utilizado na produção do bem importável (CARVALHO; SILVA, 2009)

No que se refere ao setor metalmeccânico agrícola, a partir da modernização do setor primário brasileiro, em torno dos anos de 1950, as operações de comércio exterior promoveram um determinado desenvolvimento econômico no Brasil. De acordo com Brum (1988), a modernização da agricultura brasileira gerou um desenvolvimento específico, seletivo. Tal modernização processou-se nos anos de 1950, após a Segunda-Guerra Mundial, período em que a agricultura brasileira também se internacionalizou, passando assim a integrar o projeto de desenvolvimento do complexo agroindustrial, sob o comando de organizações multinacionais e dos países centrais, principalmente os Estados Unidos. Nesse contexto, o comércio exterior de produtos primários brasileiros cresceu significativamente a partir dos anos de 1970, sendo um elemento vital para a balança comercial do país (BRUM, 1988). Até hoje, as principais rubricas de exportação brasileiras são do setor primário. Também é possível que promovam inclusão social, embora não de todos, elevação do IDESE dos municípios que contam com empresas exportadoras, aumento no PIB, da arrecadação de impostos, elevação do salário e do nível de consumo da população local.

Nesse contexto, o presente artigo busca dar atenção específica ao comércio exterior junto ao setor metalmeccânico na Região Funcional de Planejamento 7 do RS (RF 7), a fim de se detectar de que maneira o mesmo gerou desenvolvimento econômico regional. Deu-se atenção particular aos aspectos técnico-econômicos do comércio exterior, na medida em que suas operações estão relacionadas a diferentes temas, tais como: ciclos de comércio exterior,

padrão de especialização no comércio exterior, legislação aduaneira, política cambial, propriedade intelectual e cadeias produtivas. Isso oferece ampla variedade de possibilidades de abordagens às pesquisas que relacionam o comércio exterior com o desenvolvimento (cf. levantamento bibliográfico nas bases de dados Spell e Scielo, outubro de 2014).

Tal realidade é particularmente presente no caso do Rio Grande do Sul, um Estado com forte presença no setor exportador primário, em especial com o “complexo soja” e as carnes. Nas últimas décadas o país incrementou suas vendas de produtos manufaturados em geral e do setor metalmeccânico em particular, gerando uma configuração específica em torno das empresas que atuam neste segmento de mercado no Rio Grande do Sul, além de uma nova alternativa de renda e desenvolvimento econômico da região pelas operações de comércio exterior. Algumas regiões gaúchas teriam se beneficiado desse novo processo exportador. Sendo assim, o problema que norteia este artigo é: após a abertura comercial brasileira, iniciada em 1990, qual foi o papel das exportações do setor metalmeccânico agrícola no desenvolvimento econômico da Região Funcional de Planejamento 7 (RF7) do Rio Grande do Sul?

Nesse contexto, o objetivo geral do presente artigo é verificar as contribuições que o comércio exterior, realizado pelo setor metalmeccânico agrícola, gerou no desenvolvimento econômico da Região Funcional de Planejamento 7 do Rio Grande do Sul. Para que isto seja possível, serão investigados a evolução do volume e do valor das exportações de máquinas e implementos agrícolas da Região Funcional de Planejamento 7; apresentar as características deste segmento de mercado e o perfil das principais empresas exportadoras do setor metalmeccânico agrícola da RF7, relacionando as operações de comércio exterior ao Índice de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESE), ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da RF7;

O presente trabalho tem relevância para a RF7, na medida em que buscará detectar, além de fatores positivos e negativos dos fluxos de comércio exterior, as eventuais necessidades de mudanças para que as organizações da região estudada possam atuar melhor no comércio exterior para que, através dele, possam gerar mais condições de desenvolvimento econômico regional.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, levou-se em conta que os fundamentos ontológicos de uma pesquisa científica estão relacionados à forma e à natureza da realidade, ligados à compreensão do pesquisador sobre a natureza da realidade investigada. Neste sentido, esta dissertação possui suas bases ontológicas no paradigma funcionalista, rejeita os pressupostos da esfera interpretativista da realidade social, uma vez que esta abordagem não é considerada adequada para entender um dado fenômeno estruturado.

Nesta mesma linha de pensamento, Mariz et al (2005) alertam que os pressupostos ontológicos do paradigma funcionalista estão fundamentados na concepção do mundo formado por partes isoladas, portanto, a concentração é exclusiva em fatos observáveis, desconsiderando os aspectos relacionais entre fenômenos e supondo-se que a busca do conhecimento científico deve se guiar por propósitos superiores de conhecer e não de intervir.

Desta forma, esta dissertação buscou explicar as relações e interações entre as operações de exportação das empresas do setor metalmecânico agrícola gaúcho com elementos do sistema econômico da região analisada, visando formatar um conjunto integrado de análise.

A presente pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. Nesta perspectiva Gil (2010) define que as pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

Quanto à pesquisa descritiva, Gil (2010) explica que a mesma tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Pode ser elaborada também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. Assim este estudo busca, igualmente, identificar e descrever as relações existentes entre as exportações das empresas, a política de comércio exterior e o desenvolvimento econômico da Região Funcional de Planejamento 7 do Rio Grande do Sul.

A abordagem da pesquisa foi do tipo quanti-qualitativa, uma vez que a abordagem quantitativa será usada para fazer a análise dos dados de exportação das empresas, e de indicadores como o PIB e o IDH dos municípios estudados. Ao mesmo tempo foi feito uso da abordagem qualitativa para análise das entrevistas e questionários aplicados junto aos diretores e gerentes de comércio exterior das empresas pesquisadas. Assim, fez-se uso das duas abordagens almejando-se a produção de uma pesquisa com resultados robustos e coesos, que estejam de acordo com os objetivos propostos e em concordância com a realidade estudada.

No que diz respeito ao universo e a amostra, tomando-se por base Vergara (2009), população é um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características do objeto de estudo. Amostra, por sua vez, compreende parte da população selecionada por determinado critério de representatividade.

Neste artigo, o universo está representado pelas principais empresas produtoras e exportadoras de máquinas agrícolas, pois o Rio Grande do Sul é o mais tradicional e um dos principais produtores nacionais destes bens. Por sua vez, a amostra está composta pelas três principais empresas produtoras e exportadoras de máquinas agrícolas da Região Funcional de Planejamento 7 do Rio Grande do Sul.

Os sujeitos da pesquisa foram os diretores e gerentes de comércio exterior das empresas exportadoras da região, os quais forneceram informações sobre a gestão de comércio exterior e as operações de exportação realizadas pelas principais empresas do setor metalmeccânico agrícola da região de pesquisa. Quanto ao plano de coleta de dados, primeiramente foi feito contato com as empresas via correio eletrônico, para fins de apresentação e identificação do pesquisador e esclarecimento da pesquisa a ser desenvolvida, através de uma carta de apresentação. Uma vez esclarecida e aceita a pesquisa, agendou-se via telefone uma visita do pesquisador aos locais das empresas, onde se coletou os dados primários pertinentes ao estudo. Estes dados primários foram obtidos através de entrevistas e questionários aplicados junto aos diretores e/ou gestores de comércio exterior das empresas estudadas, a fim de levantar o histórico das empresas e a atuação das mesmas no comércio exterior e, assim, buscar detectar os principais pontos positivos e os entraves oriundos de suas exportações.

A coleta de dados secundários foi feita através do manuseio de banco de dados e de pesquisa documental. Estes dados sobre volumes de unidades da produção nacional, vendas no mercado doméstico, unidades destinadas à exportação, principais destinos das exportações, e também índices de desenvolvimento econômico como IDESE, PIB dos municípios, empregos gerados foram obtidos através de acesso eletrônico, via sítios de internet, nos bancos de dados do MDIC, MAPA, IBGE, IPEA, BACEN, OMC, FIERGS e CNI. Os dados foram acessados nestes sítios, de acordo com a relevância que têm para a pesquisa, pois deveriam ser indicadores que demonstrem claramente a correlação entre as operações de exportação das empresas com os níveis de desenvolvimento econômico e social da região, após a abertura comercial brasileira.

Os dados supracitados posteriormente foram tabulados e compilados em planilhas eletrônicas e gráficos de acordo com os objetivos propostos na pesquisa. A delimitação, agregação e organização dos dados coletados permitiu organizar um corpo de análise que evidenciasse a importância das operações de exportação destas empresas no desenvolvimento econômico da região.

Enfim, os dados coletados referentes às exportações das empresas do setor metalmeccânico foram analisados através de indicadores econômicos, como por exemplo: a relação entre o volume de exportação de máquinas agrícolas das empresas dividido pelo PIB dos municípios, ou ainda, a quantidade de máquinas agrícolas exportadas dividida pela geração de emprego nos respectivos municípios. Outros indicadores econômicos seriam criados após o processo de coleta de dados, uma vez que as informações e dados neles contidos auxiliassem na compreensão dos fenômenos causados pelas exportações e estivessem de acordo com os objetivos propostos na dissertação.

Esta dissertação, além de sua introdução e considerações finais, está dividida em duas grandes partes. A primeira trata dos aspectos teóricos da economia e do comércio internacional. A segunda analisa os resultados da pesquisa realizada junto as principais empresas do setor metalmeccânico agrícola da Região Funcional 7 do Rio Grande do Sul e sua realidade no contexto de suas exportações.

COMÉRCIO INTERNACIONAL: AS PRINCIPAIS TEORIAS

As primeiras teorias de comércio internacional surgiram durante o século XVIII, vindo da necessidade de explicar as trocas ocorridas entre as nações (MAIA, 2007). Como o conjunto de práticas econômicas predominantes na Europa desta época seguiam o credo do Mercantilismo, desenvolvido desde os anos de 1300, um dos primeiros autores a criticar este sistema foi o filósofo e economista escocês David Hume, em 1758, ao escrever uma abordagem monetária ao balanço de pagamentos, intitulada “Sobre a Balança Comercial” (CARVALHO; SILVA, 2007).

Segundo Carvalho e Silva (2009), a grande crítica de Adam Smith contra os mercantilistas baseou-se no fato de que a riqueza de uma nação é mais adequadamente medida em termos de produção e consumo de sua população e não pela quantidade de materiais preciosos em seu poder. Ainda, o mesmo autor argumenta que o livre comércio é um poderoso

mecanismo capaz de promover o aumento da produção por meio da especialização e, com as trocas, aumentar o consumo e conseqüentemente o bem-estar das populações dos países que participam do comércio internacional.

De acordo com a linha de pensamento de Caves (2001), para Adam Smith, o comércio internacional promove a divisão do trabalho. Sendo assim, as nações poderiam concentrar sua produção em bens que conseguiriam produzir e exportar de maneira mais barata que outras, sem usar recursos adicionais e trocando o excedente com outras nações. Desta forma, ocorreria a especialização das nações, de acordo com o princípio da vantagem absoluta, onde a produtividade do fator de produção, o trabalho, representa o determinante principal do custo de produção. Pelo fato das nações empregarem de maneira mais eficaz os seus recursos, como capital (k) e trabalho (t), no resultado final ocorre um aumento da produção mundial, o qual é distribuído às nações envolvidas no comércio internacional por meio das importações e exportações (CAVES, 2001).

A “teoria das vantagens comparativas” apresentou o trabalho como fator relevante de produção, fato que representou certa limitação à teoria, uma vez que o trabalho tinha níveis de produtividade diferentes em nações diferentes e, conseqüentemente, os bens tinham custos de produção diferentes. No entanto David Ricardo não expressou nenhuma justificativa econômica para esse fato (CARAVALHO; SILVA, 2009).

De acordo com Krugman (2010), o comércio exterior é condicionado, em grande parte, pelas diferenças entre os recursos dos países. A teoria Heckscher-Ohlin enfatiza a inter-relação entre as proporções em que fatores de produção diferentes estão disponíveis em diferentes países, e as proporções em que eles são utilizados na produção de diferentes bens. Ela também é chamada de “teoria das proporções de fatores”.

Os estudos sobre Comércio Internacional tiveram como desdobramento o comércio exterior. Krugman (2010) diz que o comércio exterior diz respeito ao comércio não mais entre nações soberanas, mas entre empresas multinacionais no mercado internacional, ou seja, empresas que devido ao fato de recorrerem a terceirização da produção, possuem sua sede em um país, mas seus produtos são produzidos em outro, a fim de reduzir os custos de produção. Este cenário de mobilidade dos fatores de produção, inicialmente, não foi previsto pelos teóricos clássicos de comércio internacional (KRUGMAN, 2010).

O comércio exterior, agora na figura das grandes empresas multinacionais, rompeu as fronteiras das nações e ampliou o seu campo de atuação, se tornando uma prática corriqueira

dos dias atuais, onde as economias de cada país estão cada vez mais interligadas, em especial pelo intercâmbio promovido pelo comércio de bens, serviços, tecnologia e mão de obra (MAIA, 2007). Ainda, em conformidade com o mesmo autor, esta nova teoria do comércio exterior vem em sentido oposto ao modelo proposto anteriormente, na medida em que considera que o Estado deve estar parcialmente presente na economia, que os mercados estão em concorrência imperfeita e que existem economias de escala.

Esta nova realidade econômica fez com que novos fatores de produção, como a tecnologia, o capital, capacidade produtiva, o gerenciamento dos recursos, investimentos externos e capital financeiro passassem a ser incluídos e também considerados como fatores determinantes no processo de construção e análise das teorias de comércio internacional contemporâneas. O modelo da concorrência perfeita entra em colapso com os efeitos da economia de escala, de modo que o cenário contemporâneo torna necessária uma abordagem de concorrência imperfeita para a análise do comércio exterior (KRUGMAN, 2010).

A partir desta análise mais ampla, mesmo que sintética, tem-se que o papel desempenhado pelo Brasil no comércio exterior, quando em fins de 1989, com o início pleno da redemocratização brasileira e a eleição de Collor de Mello, o Brasil aceleraria sua abertura comercial. Todavia, até os dias de hoje, tecnicamente o país ainda pode ser considerado uma economia relativamente fechada, pois de acordo com dados da Balança Comercial anual divulgada pelo MDIC, a sua taxa de abertura (corrente comercial pelo PIB), anualmente, tem girado entre 15% e 20%, quando o considerado adequado seria uma taxa superior a 30% (MDIC, 2014).

A partir dos anos 90, com a disseminação rede mundial de computadores, a internet, que conectou e interligou os mais distintos pontos no globo terrestre, os fenômenos derivados da globalização, seja ela dos fatores de produção, da informação e também do consumo, que são vivenciados intensamente pela sociedade moderna, fizeram com que o Comércio Exterior, agora na figura das grandes empresas multinacionais, rompesse as fronteiras das nações e ampliasse seu campo de atuação, se tornando uma prática corriqueira dos dias atuais, onde as economias de cada país estão cada vez mais interligadas, em especial pelo intercâmbio promovido pelo Comércio Exterior, através das importações e exportações de bens, serviços, tecnologia e mão de obra.

A Globalização é a unificação do mercado em escala mundial, ela completa a obra iniciada há cinco séculos pelas viagens marítimas de descoberta da América e da rota para a

Índia (MAIA, 2007). A globalização financeira é consequência da intercomunicação dos mercados de capitais. Essa intercomunicação está promovendo a interdependência financeira entre as diferentes nações do mundo. A fim de evitar que possíveis crises financeiras mundiais surjam no futuro, é necessário o fortalecimento dos órgãos de regulação e controle de comércio internacional, tanto em seu âmbito nacional, como no caso do FMI, BIRD e OMC (MAIA, 2007).

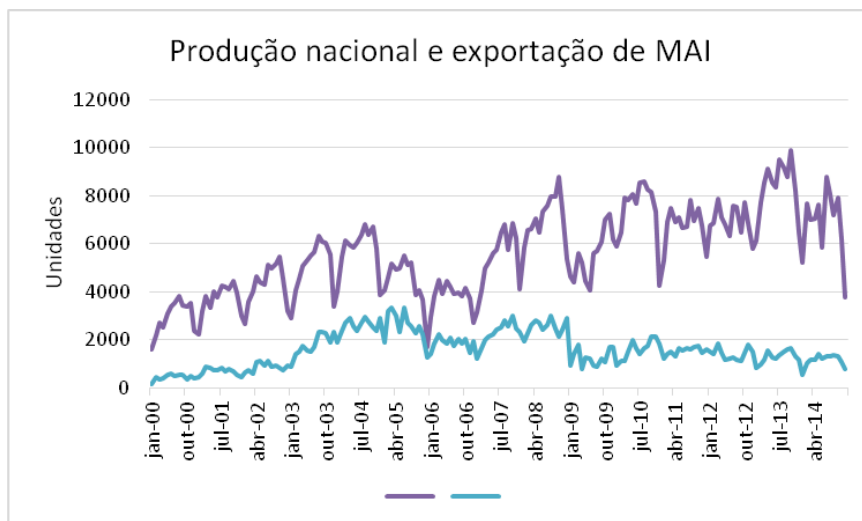
De acordo com Maia (2007), as operações de comércio exterior podem ser classificadas como: importação e exportação, serviços, transferência de rendas (investimentos), transferências unilaterais (remessas de imigrantes e emigrantes) e movimento de capitais (conta financeira). Para melhor compreensão dos objetivos deste estudo, será feita uma breve descrição das operações de importação e exportação, sendo que o foco principal recairá sobre a segunda.

Se, sob a liberdade de comércio, a produção interna de um bem é insuficiente para atender à demanda, a diferença é coberta por importações. Enquanto, se é a produção interna que excede a demanda, deve então haver exportações e essa situação indica vantagem comparativa do país (CARVALHO; SILVA, 2009).

A partir deste cenário, onde cada vez mais as organizações encontram-se diante do desafio de competir no contexto externo, com forte concorrência de organizações multinacionais, as exportações brasileiras foram obrigadas a se adaptar. Esse processo igualmente foi a tônica para o setor primário nacional, pois o mesmo historicamente é um fator chave na balança de pagamentos brasileira.

Nesse contexto, o Brasil acabou se tornando igualmente polo exportador de máquinas e implementos agrícolas, como tratores, motoniveladoras e colheitadeiras. Nota-se que ocorre o efeito “correia de transmissão” entre os ciclos de produção agrícola e o desempenho da indústria de máquinas e implementos agrícolas, sendo que quando a safra de determinado ano é considerada boa, por consequência a produção e as vendas no setor de máquinas e implementos agrícolas também apresentará bons resultados no mesmo período.

Gráfico 3: Produção nacional e exportação de máquinas e implementos agrícolas.

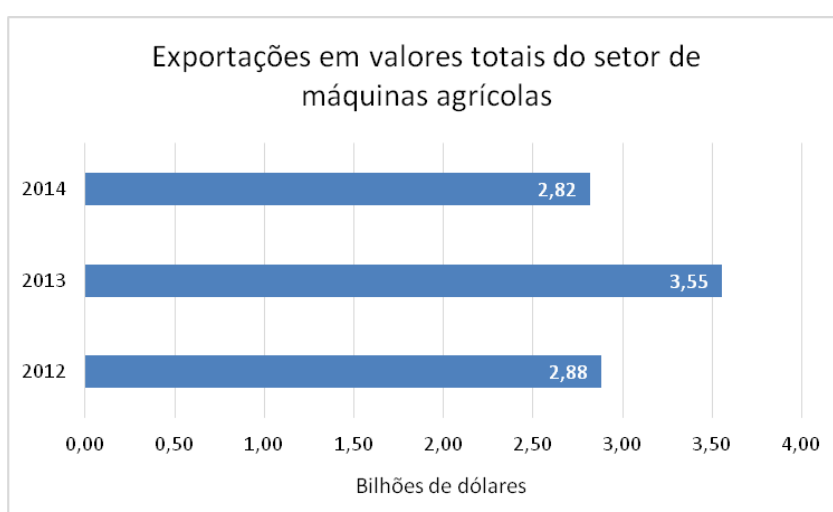


Fonte: elaborado pelo autor, com base em ANFAVEA (2014).

O segmento da indústria de máquinas e implementos agrícolas, em especial os tratores de rodas, constitui-se, provavelmente, em um dos mais importantes de todo este setor. Tanto pelo aspecto da complexidade tecnológica como pelos altos requerimentos de capital, a indústria de tratores vem merecendo especial atenção por parte dos responsáveis pela política de desenvolvimento industrial e agrícola do país.

Enfim, tomando-se os três últimos anos como referência, no caso do setor de máquinas agrícolas, as vendas externas variaram entre US\$ 2,8 e US\$ 3,6 bilhões, como expressa o gráfico a seguir.

Gráfico 4: Exportações em valores totais do setor de máquinas agrícolas no Brasil

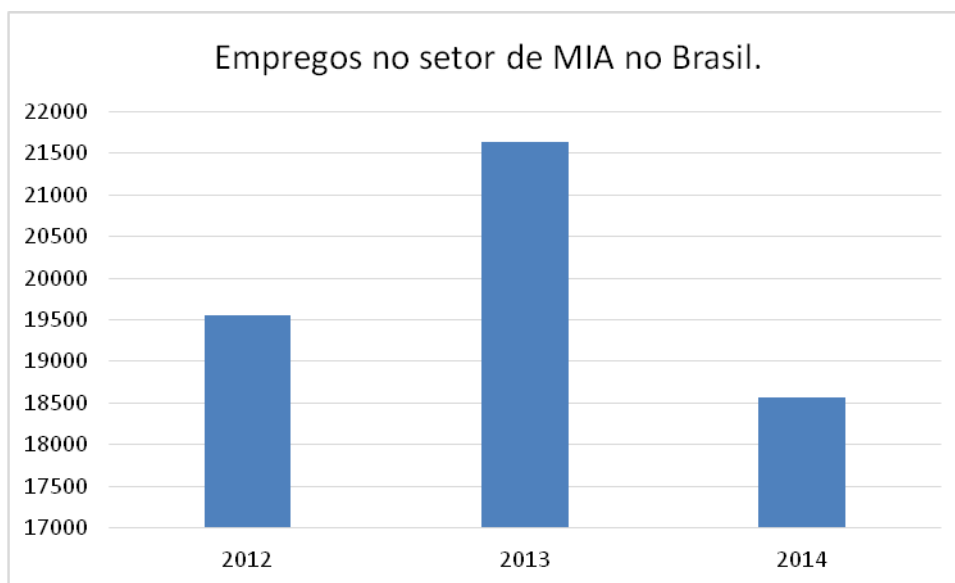


Fonte: elaborado pelo autor, com base em ANFAVEA, 2014.

Apesar de o desemprego no Brasil não ser significativo como em outras épocas, ele seria ainda maior se não fosse o crescimento das exportações nos últimos anos. Após a liberação da

taxa de câmbio em 1999, a taxa de crescimento do nível dos empregos pulou de 1,01% para 2,30% em menos de cinco anos (MAIA, 2002).

Gráfico 5 – Número de empregados no setor de Máquinas e Implementos Agrícolas



Fonte: elaborado pelo autor, com base em (ANFAVEA, 2014).

No que diz respeito ao setor de máquinas e implementos agrícolas, de acordo com as informações obtidas junto a ANFAVEA, a quantidade de empregos gerados no Brasil por esse setor oscilou nos últimos anos, como se pode observar no gráfico a seguir, entre 18.500 a 21.500 postos de trabalho.

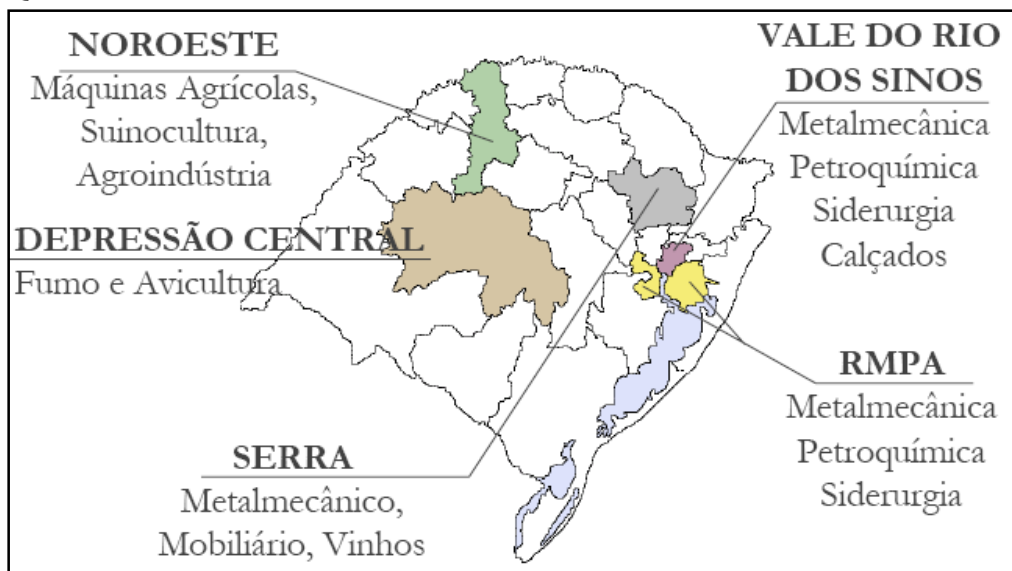
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Desde a sua formação, onde apresentou ter vantagem competitiva em relação à outros Estados, na transformação de produtos de origem agropecuária, como couro, carnes, lã, fumo, vinhos, grãos e leite, a produção industrial do Rio Grande do Sul (RS), demonstrou, até os dias atuais, grande relevância no resultado final da produção industrial brasileira.

Diferentes regiões do RS, cada uma de acordo com as suas peculiaridades, foram capazes de detectar o seu diferencial e, com o passar do tempo, potencializaram estas vantagens competitivas, tornando-se cada uma em verdadeiras especialistas nos seus segmentos de atuação no mercado. Nesse quadro, surgiram os polos industriais gaúchos como conhecidos atualmente: o polo moveleiro em Gramado, o polo calçadista em Novo Hamburgo, o polo

petroquímico na Região Metropolitana de Porto Alegre, o polo fumageiro em Santa Cruz do Sul e o polo metalmeccânico na região Noroeste do RS, como é possível se observar na figura a seguir.

Quadro 3 – Polos industriais do RS.



Fonte: Fiergs (2010).

O setor metalmeccânico, objeto de estudo deste trabalho, compreende uma grande variedade de atividades relacionadas à transformação dos metais e, por isso, é muitas vezes chamado de complexo metalmeccânico. O setor de máquinas e implementos agrícolas (MIA) no RS desempenha um papel fundamental na economia do Estado, tendo reflexos diretos em diversas cadeias produtivas, desde a produção de insumos, os componentes para a montagem, o processo de montagem nas fábricas e, finalmente, a comercialização dos produtos acabados nas revendedoras ou na exportação para o exterior.

Particularmente, no caso do Rio Grande do Sul, ocorre durante a década de 1970 a formação do aglomerado industrial de máquinas agrícolas na Região Noroeste do Estado, pois a mesma apresentava o ambiente econômico favorável, com importante e crescente mercado baseado na produção de grãos. Também havia a pré-existência de uma indústria de implementos agrícolas, com capacidade de reconversão, e infraestrutura de ensino voltada às necessidades produtivas locais.

Após a década de 1980 iniciam-se as fusões e aquisições entre os capitais que haviam se implantado nas fases anteriores, sendo que a partir da abertura comercial brasileira, ocorrida em 1990, este processo intensifica-se com as aquisições de empresas locais e fusões com

empresas de capital estrangeiro. O mesmo traz mudanças econômicas e sociais que caracterizam este setor até hoje.

A partir desse período, todavia, ainda que as empresas tenham ampliado sua capacidade produtiva, através da criação de novas unidades, ou do aumento das já existentes, não se verificou mais a entrada de novas empresas no mercado de máquinas e implementos agrícolas de forma significativa.

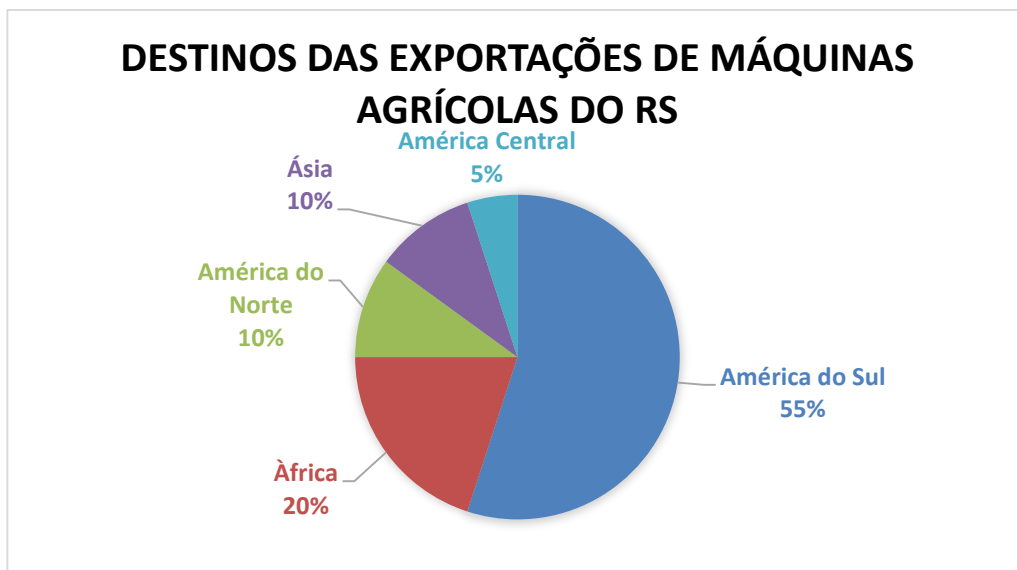
O Estado do Rio Grande do Sul é protagonista na fabricação de máquinas e implementos agrícolas no Brasil. De todas as empresas que atuam em território brasileiro, mais de 60% estão instaladas no Estado gaúcho, sendo que três grandes empresas se responsabilizam por quase metade da produção nacional de tratores de rodas e esteiras, colheitadeiras e retroescavadeiras, concentrando assim nesse Estado um terço da força de trabalho do país junto a essa indústria.

Por sua vez, é notável o papel das empresas multinacionais, como a John Deere e a AGCO, neste processo, sendo relevante no sentido de induzir o progresso do conhecimento técnico através de novos processos a partir de importante volume de capital investido. A concorrência e a disputa por clientes e novos mercados impulsiona estas empresas a estarem constantemente agregando valor aos seus produtos pela inovação, incentivando a modernização das fábricas instaladas e dinamizando este setor da economia.

Quanto às operações de comércio exterior deste setor, as exportações de máquinas agrícolas e rodoviárias fabricadas no Brasil mostram que o segmento de tratores também tem um destaque maior que os outros tipos de máquinas agrícolas e rodoviárias, representando 80% do volume de unidades exportadas neste setor, ou seja, das 13.741 unidades vendidas para o exterior em 2014, 10.992 foram de tratores segundo a ANFAVEA.

No que diz respeito ao destino das exportações destes tratores produzidos em território brasileiro, 55%, ou seja, mais da metade são destinados a países da América do Sul, favorecidos por acordos bilaterais e de livre comércio. Em segundo lugar, aparece a África com 20%, onde diversos países estão modernizando e mecanizando suas produções agrícolas, abrindo espaço para as exportações de tratores brasileiros. Na terceira posição aparecem empatados Ásia e América do Norte, com 10% e em quarto lugar aparece a América Central, com somente 5% das exportações de tratores nacionais, conforme o gráfico que segue.

Gráfico 6 – Destino das exportações do RS em máquinas agrícolas



Fonte: elaborado pelo autor com base em ANFAVEA (2015).

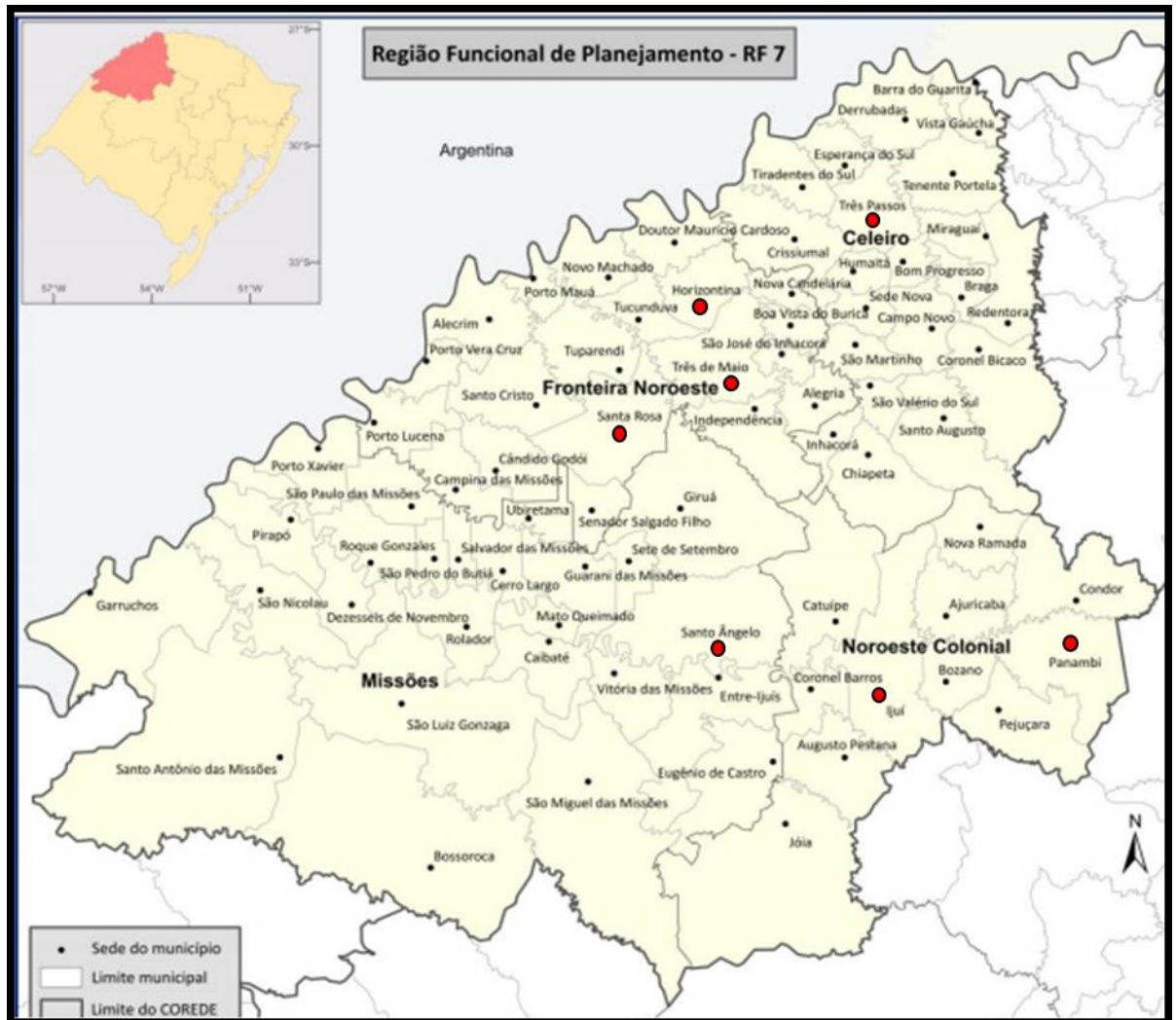
Mais recentemente, a forte crise econômica no Brasil igualmente atingiu o setor metalmeccânico agrícola, provocando um recuo no seu rendimento mensal, porém, mesmo assim o setor garantiu a manutenção do nível de emprego. Até setembro de 2015 a quedas nas vendas do setor chegavam a 30%, segundo editorial aberto do jornal Zero Hora do mesmo ano.

Segundo o Mapa de Investimentos da SEPLAG (2012), as atividades agrícolas realizadas nas propriedades situadas na RF 7 são caracterizadas pelo alto nível de mecanização e tecnologia e pelo grande número de pequenas propriedades familiares com produção diversificada.

Tal realidade faz com que sejam necessárias medidas de apoio do Estado para o pequeno produtor, através de assistência rural, e adequadas linhas de financiamento, além do estímulo às novas práticas e formas organizacionais, como Arranjos Produtivos Locais (APL), assim como as associações e também, as mais tradicionais, como as cooperativas, são essenciais para que a partir da fixação do homem no campo seja possível incrementar o desenvolvimento do agronegócio nesta região.

No que diz respeito a atividade produtiva industrial, o segmento de Máquinas e Implementos Agrícolas (MIA) é relevante e competitivo em escala nacional, com destaque para o eixo composto pelos seguintes municípios: Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí, Três Passos e Panambi, englobando assim os quatro COREDEs da RF 7, como podem ser visualizados em destaque na figura a seguir.

Quadro 4 – Municípios da Região Funcional de Planejamento 7.



Fonte: elaborado pelo autor com base em SEPLAG (2015).

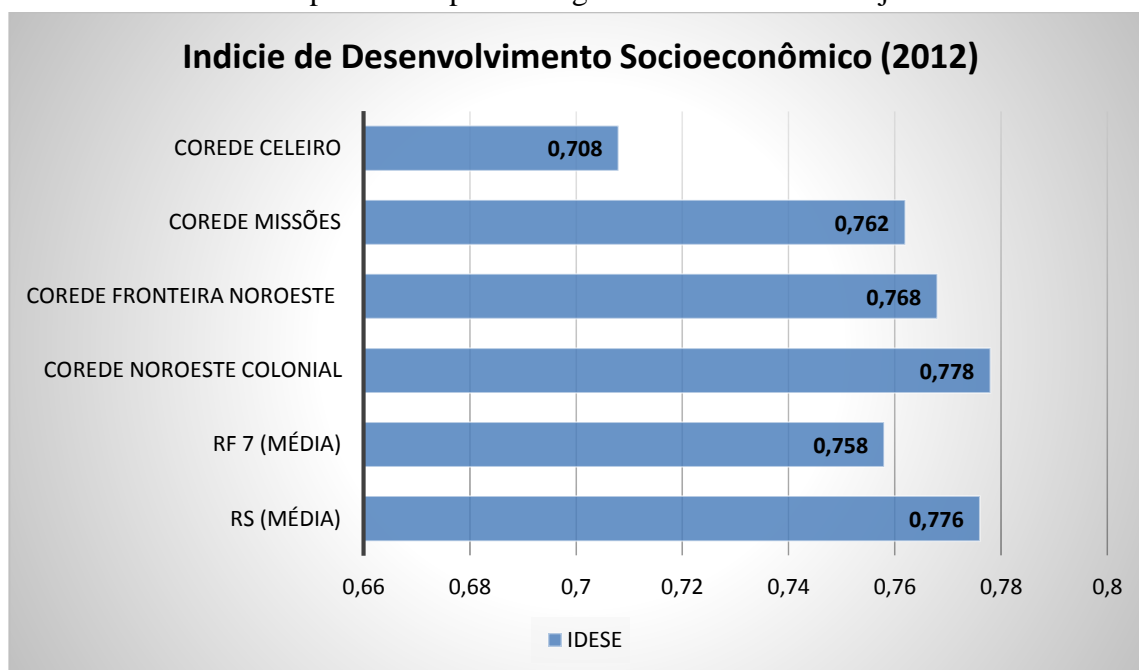
A importância econômica do segmento de MIA demanda uma atenção especial por parte do Estado do RS, no sentido de promover condições adequadas para manutenção e o aumento da competitividade desta cadeia produtiva, de modo a garantir sua permanência nesta região. Sendo que, conforme informações da SEPLAG (2012), a falta de uma estrutura logística de transportes adequada compromete os níveis de competitividade da RF 7, dada a distância dos grandes mercados como a região metropolitana de Porto Alegre, o porto de Rio Grande e o restante do território brasileiro. Além do fato que as limitações na integração de fronteira também é um dos fatores limitantes do desenvolvimento da economia regional, podendo, se for resolvida a questão, a longo prazo vir a contribuir para um projeto regional comum, integrado aos demais países que compõem o Mercosul.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), é um índice calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), como instrumento de avaliação da situação

socioeconômica dos municípios gaúchos, considera aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento nos locais estudados. O IDESE é composto por três blocos com pesos equivalentes na composição da média final, que são a educação, a renda e a saúde. Conseqüentemente, a partir dos resultados finais dos indicadores é possível comparar os diferentes níveis de desenvolvimento atingidos pelos municípios e pelos COREDES que compõe a RF 7.

Quanto ao IDESE da Região Funcional 7, o mesmo mostra que, na média, a RF 7 está próxima da média do Estado do RS, conforme tabela abaixo, sendo puxada para baixo pela menor performance do COREDE Celeiro, justamente o que não possui indústria de máquinas e implementos agrícolas, embora esse não seja o único motivo de seu baixo índice. Sendo assim, fica evidente que, os COREDES com maior IDESE na RF 7 são Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste e Missões, ou seja, são as regiões que possuem presença de empresas fabricantes e exportadoras de máquinas e implementos agrícolas.

Gráfico 8 – IDESE por município na Região Funcional de Planejamento 7.



Fonte: elaborado pelo autor com base em SEPLAG (2012).

Ainda segundo a SEPLAG (2012), analisando o mesmo índice, vale destacar os três municípios da RF 7 com IDESE na faixa de alto desenvolvimento socioeconômico, ou seja, superior a 0,800 que são Cerro Largo, Ijuí e Santa Rosa, sendo relevante, neste caso, é importante destacar Ijuí com IDESE 0,818, o que coloca o município na 23ª colocação no estado do RS, indicando bom desenvolvimento econômico, com índice de renda 0,805, índice que coloca o município na 41ª posição no RS neste aspecto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de verificar as contribuições que o comércio exterior, através das operações de exportação realizadas pelas principais empresas do setor metalmeccânico agrícola, gerou no processo de desenvolvimento econômico da Região Funcional de Planejamento 7 do Rio Grande do Sul (RF 7). A partir da pergunta inicial sobre qual é o papel das exportações do setor metalmeccânico agrícola no desenvolvimento econômico da RF 7 do Rio Grande do Sul, algumas conclusões podem ser esboçadas.

Desde as publicações de “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith em 1776, e de “Princípios de Economia Política e Tributação”, de David Ricardo em 1817, primeiras obras clássicas que deram origem ao modo liberal de pensar e organizar a economia deu-se ênfase ao papel fundamental que o comércio exterior tem no desenvolvimento econômico de uma nação. Primeiramente Smith demonstrou, pela “teoria das vantagens absolutas”, como é possível se obter ganho pela exportação de produtos quando uma nação produz determinado produto mais eficientemente que outra. Posteriormente, Ricardo aprimorou este raciocínio com a “teoria das vantagens comparativas”, comprovando que, mesmo um país sendo mais eficiente na produção de todos os produtos, ainda assim é possível se obter ganhos através das operações de importação e exportação.

As afirmações de Smith e de Ricardo trouxeram consigo mudanças estruturais nas economias das nações envolvidas com o comércio exterior. Dentre elas a especialização, onde cada nação se tornaria especialista na produção de um determinado produto, devido às vantagens absolutas e comparativas na sua produção.

Neste contexto, o presente trabalho demonstra que o comércio exterior brasileiro confirma as assertivas dos dois autores clássicos citados. Devido a sua abundância de recursos naturais, o Brasil está fortemente ligado à atividade agrícola onde, mais recentemente, o segmento de Máquinas e Implementos Agrícolas (MIA) reflete esta realidade, sendo o Brasil um dos principais produtores e exportadores neste mercado. Atualmente as principais empresas de MIA encontram-se localizadas na Região Funcional de Planejamento 7 do RS, pois devido aos diversos processos de fusões e aquisições ocorridos ao longo dos anos, esta região se desenvolveu economicamente, se tornando uma referência nacional e até mundial neste mercado. Além das empresas nacionais que fizeram parte desta pesquisa (IMASA, Saur e Kepler Weber), também estão presentes na região grandes empresas e grupos internacionais

como John Deere, AGCO e Case CNH, evidenciando assim a relevância do setor metalmeccânico na RF 7.

Por sua vez, a “teoria dos fatores de produção” de Heckscher-Ohlin passou a analisar múltiplos fatores de produção (trabalho, terra, capital e tecnologia), e como a abundância ou a escassez destes diferentes fatores de produção em diferentes países determina qual será o padrão de produção e, conseqüentemente, de comercialização nos mercados internacionais.

Novamente, através do presente estudo foi possível detectar a presença destes fatores de produção como aspectos relevantes para a atuação das empresas no segmento de MIA da RF 7 do RS. O fator de produção trabalho qualificado foi destacado pelas empresas pesquisadas, se constituindo em um dos diferenciais da região para as empresas deste setor. Sendo assim, as empresas investem em parcerias com instituições de ensino, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e universidades regionais, a fim de obter trabalhadores devidamente qualificados de acordo com as exigências técnicas de produção das empresas fabricantes de MIA. Ao mesmo tempo proporcionam experiência profissional através de estágios para os estudantes das áreas de engenharia, resultando em ganhos para as partes envolvidas neste processo.

O capital, através de uma estrutura industrial importante, é outro fator de produção diferenciado existente na RF 7 e destacado pelas empresas entrevistadas. A pesquisa revelou que foram estes fatores que fizeram com que as empresas multinacionais se instalassem na região. A preexistência de uma estrutura industrial com capacidade de reconversão em grandes fábricas foi fundamental no momento em que as empresas estrangeiras escolheram a região estudada para alocar suas unidades de produção de máquinas e implementos agrícolas.

Em conformidade a isso, os gestores de comércio exterior das empresas IMASA, Saur e Kepler Weber, destacaram que a RF 7 é uma região que “respira máquinas e implementos agrícolas”, ou seja, existem as grandes empresas multinacionais fabricantes de MIA, mas também existe uma grande quantidade de pequenas e médias empresas, localizadas nas proximidades, que apesar de não exportarem diretamente seus produtos, trabalham fornecendo insumos, matérias-primas e peças para as grandes fabricantes, fazendo parte da cadeia produtiva de MIA na RF 7 do RS.

Mais recentemente, Paul Krugman, analisou um cenário que os teóricos clássicos não haviam previsto, onde numa economia globalizada o comércio exterior diz respeito ao comércio não mais entre nações soberanas, mas entre empresas multinacionais no mercado internacional. A pesquisa possibilitou detectar tal realidade, pois a análise do processo de surgimento e desenvolvimento do setor de MIA na RF 7 indicou o papel fundamental destas empresas na condução da economia regional, com forte participação nas decisões estaduais e nacionais, de acordo com seus objetivos estratégicos.

Neste caso, mesmo não tendo sido objeto direto do presente estudo, é relevante destacar o processo de fusão ocorrido entre a John Deere e a SLC. A empresa estadunidense, a partir de 1979 adquiriu, gradualmente, o controle da SLC, empresa de Horizontina, em troca da possibilidade desta utilizar a tecnologia de ponta da empresa estadunidense. Em 1999 a John Deere assume o controle total da SLC e em 2001 a marca SLC é definitivamente eliminada do mercado de MIA. Outro exemplo importante deste processo é a presença na região da empresa AGCO, também estadunidense. A mesma optou por uma estratégia mais agressiva, adquirindo várias fábricas de MIA no Brasil e no mundo. No ano de 1996, a marca Massey Ferguson no Brasil foi comprada pela AGCO, que assumiu a sede de Canoas e continuou com a mesma linha de produtos. Ainda nesse mesmo ano a AGCO comprou a empresa Ideal de Santa Rosa e assumiu o controle da fábrica de colheitadeiras, deixando claro a relevância da atuação de grandes grupos multinacionais no segmento de MIA da RF 7.

Sendo assim, o segmento de MIA na RF 7 do RS é caracterizado pela heterogeneidade, ou seja, as empresas não são todas do mesmo porte, abrigando algumas empresas de grande porte, a maioria fabricante de máquinas agrícolas como a John Deere e a AGCO, e uma gama importante de empresas menores, de médio e pequeno porte, como a IMASA, a Saur e a Kepler Weber, muitas delas ainda com estrutura de gestão familiar, dedicada a fabricar implementos agrícolas, que também sofreram as consequências do processo de concentração, de reestruturação produtiva e de transformação da atividade agrícola.

Consequentemente, é possível notar que as grandes empresas focam as suas atividades nos pontos mais lucrativos da cadeia produtiva, ou seja, a venda de máquinas e implementos agrícolas, desativando diversas etapas que integram a produção, e estimulando a criação de muitas novas empresas para desempenhar essas atividades. Estas últimas passam a ser fornecedoras da atividade fim. Nesse sentido, os gestores de comércio exterior das empresas pesquisadas Saur e Kepler Weber afirmam que as grandes empresas de MIA na RF 7 chegaram a tal grau de excelência nos processos de desenvolvimento de máquinas, treinamento,

qualificação de mão de obra e também na capacidade de inovação nos seus produtos fabricados, que as demais regiões do Estado e também do país buscam na RF7 trabalhadores qualificados, tecnologia e conhecimento para as suas empresas.

Nesse contexto, o principal objetivo proposto pelo presente estudo foi alcançado, assim como a maioria dos objetivos específicos destacados.

O presente estudo também permitiu detectar que, paralelamente ao aumento do volume das exportações, houve o aumento na produção de bens e serviços, conhecido como Produto Interno Bruto (PIB), e do Índice de Desenvolvimento Social e Econômico nos municípios de Ijuí e Panambi. Conclui-se que, à medida em que os municípios se familiarizam com os mercados externos, estes passam a incentivar as suas empresas a exportar seus bens e serviços, pois percebem no comércio exterior uma importante alternativa para o desenvolvimento econômico regional, reduzindo a dependência para com o mercado doméstico e as oscilações em tempos de crise.

Os principais elementos propulsores da competitividade na cadeia produtiva de máquinas e implementos agrícolas em geral, e das empresas pesquisadas em particular, junto a RF 7, são: a qualificação da mão de obra, a capacidade de inovação das empresas e a boa localização da região para os mercados do MERCOSUL.

buscam a inovação e melhoria dos seus produtos de acordo com as necessidades de cada cliente, pois as máquinas e implementos agrícolas exportados pela empresa devem estar de acordo com as características do solo, relevo e clima local para que tenham uma maior eficiência no trabalho no campo. Sendo assim, estas empresas focam no desenvolvimento e aprimoramento de sua rede de vendas e no contato direto com os seus clientes finais como diferencial das demais empresas concorrentes neste segmento no comércio exterior.

Em contrapartida, existem também elementos que são inibidores ao comércio exterior do setor pesquisado e que fazem com que as empresas fabricantes de MIA na RF 7 tenham um desempenho exportador abaixo do seu potencial. Nesse caso, pode ser citada a falta de acesso ao crédito de longo prazo, fazendo com que as empresas produtoras de MIA de médio e pequeno porte, como a IMASA e a Saur, encontrem dificuldades para manter suas fatias de mercados, principalmente em função das atuais condições de financiamento, mais favoráveis aos grandes grupos que possuem seus próprios bancos e financeiras.

A precariedade das rodovias na RF 7 é outro fator apontado por todos os pesquisados como um entrave às exportações. Segundo os mesmos, apesar dos municípios estarem estrategicamente bem localizados, próximos dos mercados dos países vizinhos do MERCOSUL, o fato de terem que utilizar rodovias em péssimas condições de tráfego, faz com que aumentem o número de acidentes ocorridos, aumentando o risco do transporte de cargas e, conseqüentemente, aumentando o valor do frete, que tem reflexo direto no valor final do produto que será exportado. Neste caso, todos concordam que para o transporte das máquinas e implementos agrícolas exportados, devido ao seu tamanho e o peso, deveriam ser utilizadas ferrovias, evitando assim o desgaste das rodovias e a redução nos custos finais dos produtos fabricados.

A pesquisa permitiu igualmente constatar que a falta de cultura exportadora é um fator inibidor importante das exportações das empresas instaladas na RF 7. Esta cultura exportadora mencionada é entendida, pelos gestores, como um desdobramento da cultura organizacional da própria empresa, que é composta por valores, comportamentos e artefatos que são compartilhados pelos diferentes níveis de atuação dentro de uma empresa, desde seus funcionários, passando pelos gestores até, finalmente, chegar à estrutura da empresa. Para que haja uma cultura exportadora é preciso que todos estes diferentes níveis estejam cientes e preparados da importância das operações de comércio exterior no desempenho final das empresas, e isto não está ocorrendo, segundo as empresas pesquisadas.

Conclui-se que as exportações das empresas do setor metalmeccânico na RF 7, particularmente as fabricantes de máquinas e implementos agrícolas, são um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região. Os produtos fabricados e exportados pelas empresas pesquisadas, além de reduzir a necessidade da utilização do trabalho braçal no campo, reduzem também a dependência do mercado interno.

A pesquisa demonstrou que as receitas obtidas pelas exportações permitem a estas empresas ter acesso à recursos financeiros que são utilizados na melhoria dos processos, das máquinas e da infraestrutura já existentes, qualificando a mão de obra, permitindo que as empresas inovem e desenvolvam novos mercados no exterior. Tais investimentos permitiram que as empresas pudessem se tornar pioneiras na fabricação de máquinas agrícolas para o Plantio Direto, sendo referência nacional até os dias atuais neste setor.

Enfim, fica como sugestão para futuros trabalhos o aprofundamento sobre a importância da cultura exportadora nos resultados comerciais das empresas, devendo-se comparar, os

resultados obtidos, com o desempenho das exportações de empresas sem cultura exportadora. Outra frente de estudo é desenvolver um comparativo entre a cultura exportadora existente no Rio Grande do Sul, e suas diferentes regiões funcionais, com outras regiões do país.

BIBLIOGRAFIA

- CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CARBAUGH, Robert J. **Economia internacional**. São Paulo: Thomson Learning, 2004.
- CARVALHO, Maria A.; SILVA, César R. L. da. **Economia internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CAVES, Richard E. **Economia internacional: comércio e transações**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br>. Acessado em 8 de dezembro de 2015.
- KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- KRUGMAN, Paul. **Economia internacional**. São Paulo: Pearson, 2010.
- MAGALHÃES, João P. **Brasil século XXI: uma alternativa ao modelo liberal**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAIA, Jayme de M.; **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Balança comercial do agronegócio**. Brasília, 2014.
- MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Operações de comércio exterior**. Brasília, 2014.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEPLAN, Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.seplan.rs.gov.br>. Acesso em 20 de outubro de 2015.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10ed. São Paulo: Atlas, 2009.